

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis de 2017 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Serrana do Espírito Santo – Sicoob Sul Serrano em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

1. Política Operacional

Em 2017, o Sicoob Sul-Serrano completou 22 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

2. Nosso Desempenho

2.1) Retornos

			%	p.p
ROE/ROA	Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2016		Variação
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – anualizado	23,56	20,43		3,13
Retorno sobre Ativo Médio - anualizado	4,77	4,12		0,65

2.2) Resultado

	Em Milhares R\$		%
Demonstração do Resultado do Período	Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2016	Variação
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	77.836	69.218	12,45
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	32.461	43.964	-26,16
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	6.964	2.430	186,58
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	24.888	17.739	40,30
Receitas com Ato Não Cooperativo	9.373	5.155	81,82
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	63.193	46.799	35,03
Despesas Tributárias	788	1.456	- 45,88
Outras receitas operacionais e resultado não operacional	7.685	7.498	2,49
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	39.173	35.983	8,87
Juros ao Capital	14.836	17.757	- 16,45
Sobras do exercício	50.396	37.195	35,49

Contribuíram para compor a Sobre de 2017:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 40,30%, o resultado da intermediação financeira aumentou 12,45% e a receitas com ato não Cooperativo aumentou 81,82% em relação ao mesmo período de 2016.

Quanto as despesas, a variação das despesas com pessoal e administrativas, em relação ao mesmo período de 2016, foi de 35,03%.

Houve um aumento de 8,87% na receita de ingressos de depósito intercooperativos, que são os rendimentos que a Cooperativa recebeu do Sicoob Central ES pela centralização da administração financeira dos recursos.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foi de 39,38.

Foi em 2017 o valor de R\$ 14.836 mil referente a juros ao capital.

2.3) Dados Patrimoniais

	Em Milhares R\$		%
Balanco Patrimonial	Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2016	Variação
Ativos Totais	1.138.024	990.422	14,90
Centralização Financeira	438.554	349.681	25,42
Carteira de Crédito	690.178	628.332	9,84
Depósitos	734.478	656.454	11,89
Patrimônio Líquido	261.376	217.268	20,30
Patrimônio de Referência (PR)	261.337	217.253	20,29

Os destaques para o crescimento da Cooperativa em 2017:

O total de ativos atingiu R\$ 1.138.024 mil ao final de 2017, com crescimento de 14,90% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo da carteira de crédito, atingiu R\$ 690.178 mil, com crescimento de 9,84% em relação a 31 de dezembro de 2016.

Os depósitos obtiveram um aumento de 11,89% considerando o mesmo período de 2016, atingindo no final de 2017 o montante de R\$ 734.478 mil.

O patrimônio líquido cresceu 20,30% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 261.376 mil.

2.3.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Em Milhares R\$

	31/12/2017			31/12/2016			Valor total	% Total	Variação
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total			
Carteira de Crédito									
Crédito Rural	92.697	6.037	98.734	80.469	5.418	85.887	12.847	14,96%	
Empréstimos	138.526	374.861	513.387	118.213	360.577	478.790	34.597	7,23%	
Títulos descontados	11.650	49.712	61.362	10.949	38.700	49.649	11.713	23,59%	
Conta Corrente	8.449	8.246	16.695	6.481	7.525	14.006	2.689	19,20%	
Total	251.322	438.837	690.178	216.112	412.220	628.332	61.846	9,84%	

3) Pessoas

Contávamos com 249 colaboradores no final de 2017. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 24.796 mil.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do proproso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidas a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. Em 2017, houve uma concentração de 83,95% nos níveis de risco "AA" a "C".

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alocada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balanços mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 o Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Bancoob.

Em 2017, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 92 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, 65 foram classificadas procedentes e todas resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Venda Nova do Imigrante – ES, 31 de janeiro de 2018.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Balanco Patrimonial

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		831.308	703.392
Disponibilidades		5.977	4.724
Títulos e Valores Mobiliários	5	3.610	11.136
Carteira Própria		3.610	11.136
Relações Interfinanceiras	6	438.554	349.681
Centralização Financeira - Cooperativas		438.554	349.681
Operações de Crédito	7	359.637	324.725
Empréstimos e Títulos Descontados		333.631	303.576
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		87.844	74.334
(-) Provisão para Operações de Crédito		(61.838)	(53.185)
Outros Créditos	8.1	6.390	10.581
Créditos por Avais e Fianças Honrados		1.492	1.068
Rendas a Receber		3.484	4.571
Diversos		2.465	7.127
(-) Provisão para Outros Créditos de Liq. Duvidosa		(1.051)	(2.185)
Outros Valores e Bens	9	17.140	2.545
Outros Valores e Bens		17.808	3.156
Provisões para Desvalorizações (-)		(736)	(648)
Despesas Antecipadas		68	37
Não Circulante		306.716	287.030
Realizável a Longo Prazo		273.228	256.085
Títulos e Valores Mobiliários	5	1.593	2.840
Carteira Própria		1.593	2.840
Operações de Crédito	7	268.703	250.422
Empréstimos e Títulos Descontados		257.813	238.869
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		10.890	11.553
Outros Créditos	8.2	2.932	2.823
Diversos		2.932	2.823
Permanente		33.488	30.945
Investimentos	10	24.907	23.560
Participação em Cooperativa Central de Credito		16.913	16.745
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		7.994	6.815
Imobilizado de Uso	11	8.420	7.172
Imóveis de Uso		796	796
Outras Imobilizações de Uso		16.740	14.119
(-) Depreciações Acumuladas		(9.116)	(7.743)
Intangível	12	161	213
Ativos Intangíveis		998	952
(-) Amortização Acumulada		(837)	(739)
TOTAL		1.138.024	990.422
PASSIVO			
Circulante		852.335	758.661
Depósitos	13	734.381	656.454
Depósito à Vista		162.709	141.435
Depósito Sob Aviso		9.591	9.463
Depósito a Prazo		562.081	505.556
Relações Interfinanceiras	14.1	81.481	71.744
Repesses Interfinanceiros		81.458	71.723
Correspondentes		23	21
Relações Interdependências	15	7.823	5.402
Recursos em Trânsito de Terceiros		7.823	5.402
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	14.2	8.343	7.090
Empréstimos no País - Outras Instituições		8.343	7.090
Outras Obrigações		20.307	17.971
Cob. e Arrec. de Trib. e Assenmelhados	16.1	278	87
Sociais e Estatutárias	16.2	9.344	9.288
Fiscais e Previdenciárias	16.3	1.596	1.696
Diversas	16.4	9.089	6.900
Não Circulante		24.313	14.493
Exigível a Longo Prazo			
Depósitos	13	97	-
Depósito a Prazo		97	-
Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias	13.1	8.097	-
Obrig. por Emissão Letras Credito Agronegocio		8.097	-
Relações Interfinanceiras	14.1	13.201	11.657
Repesses Interfinanceiros		13.201	11.657
Outras Obrigações	16.5	2.918	2.836
Diversas		2.918	2.836
Patrimônio Líquido		261.376	217.268
Capital Social		164.204	144.434
De Domiciliados No País		165.385	145.083
(-) Capital a Realizar		(1.181)	(649)
Reserva de Sobras		77.711	62.986
Sobras Acumuladas		19.461	9.848
TOTAL		1.138.024	990.422

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Sobras ou Perdas

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R\$)

	Nota	2º SEM. 2017	31/12/2017	31/12/2016
Ingressos da Intermediação Financeira		68.557	138.480	136.987
Operações de Crédito	7.1	68.460	138.002	135.391
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	5.1	97	478	1.596
Dispêndios da Intermediação Financeira		(35.528)	(93.105)	(111.733)
Operações de Captação no Mercado	13.2	(23.270)	(53.075)	(59.595)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	14.3	(3.814)	(7.569)	(8.174)
Provisão para Operações de Créditos		(8.444)	(32.461)	(43.964)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		33.029	45.375	25.254
Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Desp.) Operacionais		(956)	7.288	13.918
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		7.905	14.567	8.547
Rendas (Ingressos) de Tarifas		5.433	10.321	9.192
Dispêndios/Despesas de Pessoal	21	(12.845)	(24.796)	(22.733)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	22	(14.785)	(28.038)	(20.955)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(788)	(1.456)	(1.064)
Ingressos de Depósitos Interooperativos	6.1	18.338	39.173	35.983
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	23	3.597	7.876	8.059
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	24	(7.811)	(10.359)	(3.111)
Resultado Operacional		32.073	52.663	39.172
Resultado Não Operacional	25	(35)	(191)	(561)
Resultado Antes da Tributação e Participações		32.038	52.472	38.611
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	-
Participações nos Resultados de Empregados		(1.126)	(2.076)	(1.416)
Sobras / Perdas antes das Destinações		30.912	50.396	37.195
Destinações legais e Estatutárias			(16.099)	(9.590)
F.A.T.E.S.			(1.946)	(2.428)
Reserva Legal			(14.153)	(7.162)
Resultado antes do Juros ao Capital			34.297	27.605
Juros ao Capital	20		(14.836)	(17.757)
Sobras / Perdas Líquidas			19.461	9.848

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R\$)

Eventos	Capital		Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar			
Saldo em 31/12/15	117.354	(830)	54.121	14.677	185.322
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Constituição de Reservas			1.703	(1.703)	-
Ao Capital	12.869			(12.869)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados				(105)	(105)
Movimentações de Capital:					
Por Subscrição/Realização	10.336	181			10.517
Por Devolução (-)	(9.079)				(9.079)
Estorno de Capital					-
Reversões de Reservas					
Sobras ou Perdas Líquidas				37.195	37.195
Provisão de Juros ao Capital				(17.757)	(17.757)
Subscrição do Juros ao Capital	17.757				17.757
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(291)				(291)
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(3.390)				(3.390)
IRRF sobre Juros ao Capital	(473)				(473)
Fates Atos Não Cooperativos					
				(1.533)	(1.533)
Destinação das Sobras do Exercício:					
. Fundo de Reserva			7.162	(7.162)	-
. F A T E S				(895)	(895)
Saldos em 31/12/2016	145.083	(649)	62.986	9.848	220.658
Saldo em 31/12/16	145.083	(649)	62.986	9.848	217.268
Saldos De incorporação Creditores	781	-	274	-	1.055
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Constituição de Reservas			1.791	(1.791)	-
Ao Capital	7.998			(7.998)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados				(59)	(59)
Movimentações de Capital:					
Por Subscrição/Realização	10.124	(532)			9.592
Por Devolução (-)	(8.513)				(8.513)
Estorno/Cancelamento de Capital (-)	(1.457)				(1.457)
Reversões de Reservas					
Utilização do Fundo de Reserva com incorp Creditores					
Sobras ou Perdas Líquidas				(1.493)	(1.493)
Provisão de Juros ao Capital				50.396	50.396
Subscrição do Juros ao Capital	14.836			(14.836)	(14.836)
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.829)				(2.829)
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(355)				(355)
IRRF sobre Juros ao Capital	(283)				(283)
Fates Atos Não Cooperativos					
				(177)	(177)
Destinação das Sobras do Exercício:					
. Fundo de Reserva			14.153	(14.153)	-
. F A T E S				(1.769)	(1.769)
Saldos em 31/12/17	165.385	(1.181)	77.711	19.461	261.376
Saldo em 30/06/17	153.140	(1.197)	64.777	12.864	229.584
Saldos De incorporação Creditores	781	-	274	-	1.055
Movimentações de Capital:					
Por Subscrição/Realização	5.435	16			5.451
Por Devolução (-)	(4.028)				(4.028)
Estorno/Cancelamento de Capital (-)	(1.312)				(1.312)
Reversões de Reservas					
Utilização do Fundo de Reserva com incorp Creditores					
Sobras ou Perdas Líquidas				30.912	30.912
Provisão de Juros ao Capital				(8.216)	(8.216)
Subscrição do Juros ao Capital	14.836			-	14.836
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.829)				(2.829)
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(355)				(355)
IRRF sobre Juros ao Capital	(283)				(283)
Fates Atos Não Cooperativos					
				(177)	(177)
Destinação das Sobras do Exercício:					
. Fundo de Reserva			14.153	(14.153)	-
. F A T E S				(1.769)	(1.769)
Saldos em 31/12/13	165.385	(1.181)	77.711	19.461	261.376

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R\$)

DESCRIÇÃO	2º SEM. 2017	12/31/2017	12/31/2016
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício Antes da Tributação e Participações	32.038	52.472	38.611
Participações nos Resultados de Empregados	(1.126)	(2.076)	(1.416)
Depreciações e Amortizações	868	1.597	1.506
Provisão de Juros ao Capital	(8.216)	(14.836)	(17.757)
Provisão para perda com operações de crédito	8.444	32.461	43.964
Resultado das baixas por obsolescência do Ativo Imobilizado	5	10	7
Resultado de participação de coligadas e controladas e Distribuição de Sobras	-	(928)	(1.964)
	32.013	68.700	62.951
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Títulos e Valores Mobiliários	(2.843)	8.773	(7.603)
Relações Interfinanceiras	162	-	-
Operações de Crédito	(60.220)	(85.653)	(69.174)
Outros Créditos	1.749	4.082	(6.198)
Outros Valores e Bens	(12.564)	(14.596)	1.268
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	22.412	21.274	38.504
Depósitos sob Aviso	4	128	625
Depósitos a Prazo	12.249	56.822	130.563
Recur. De Aceites Cambiais, Letras	8.097	8.097	-
Outras Obrigações	(4.791)	2.417	2.566
Relações Interfinanceiras	8.033	11.280	(8.184)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	1.253	(384)
Relações Interdependências	7.790	2.421	3.051
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	12.091	84.798	147.985
Atividades de Investimentos			
Saldo Incorporação	(88)	(88)	-
Recabimento Dividendos		928	681
Distribuição Sobras da Central	-	-	1.283
Aplicação no Intangível	(29)	(45)	(2)
Inversões em Imobilizado de Uso	(900)	(2.668)	(2.567)
Inversões em Investimentos	(399)	(1.347)	(2.894)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(1.416)	(3.220)	(3.499)
Atividades de Financiamentos			
Saldos De incorporação Creditores	1.055	1.055	-
Aumento por novos aportes de Capital	5.451	9.592	10.517
Devolução de Capital à Cooperados	(4.028)	(8.513)	(9.079)
Estorno/Cancelamento de Capital	(1.312)	(1.457)	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior de Capital à Pagar	-	(59)	(105)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(177)	(177)	(1.533)
FATES Sobras Exercício	(1.769)	(1.769)	(895)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	(355)	(355)	(291)
Subscrição do Juros ao Capital	14.836	14.836	17.757
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.829)	(2.829)	(3.390)
IRRF sobre Juros ao Capital	(283)	(283)	(473)
Utilização do Fundo de Reserva com incorp Creditores	(1.493)	(1.493)	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	9.096	8.548	12.508
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	19.771	90.126	156.994
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	424.760	354.405	197.411
No Fim do Período	444.531	444.531	354.405
Varição Líquida das Disponibilidades	19.771	90.126	156.994

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO SUL-SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL-SERRANO ("SICOOB SUL-SERRANO" ou "Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 02/05/1995, filiada à CCC DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB SUL-SERRANO possui 23 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: BREJETUBA - ES, AFONSO CLAUDIO - ES, MARCHEL FLORIANO - ES, IJUNA - ES, IBATIBA - ES, IRUPI - ES, CONCEIÇÃO DO CASTELO - ES, MUNIZ FREIRE - ES, VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES, DOMINGOS MARTINS - ES, CARIACICA - ES, IBITIRAMA - ES, VITÓRIA - ES, LARANJA DA TERRA - ES,

O SICOOB SUL-SERRANO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Situação especial

Em 2017, a SICOOB SUL-SERRANO, com o objetivo de ampliar o atendimento aos seus associados, possibilitando o aumento do Patrimônio Líquido e do limite para operações, garantindo assim, um novo posicionamento no mercado, promoveu a incorporação das cooperativas relacionadas abaixo, que foi devidamente aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária Conjunta realizada em 2017 (Demonstram-se abaixo incrementos patrimoniais mais significativos data 01/11/2017:

	01/11/2017
Ativo	1.582
Permanente	89
Passivo	2.108
Patrimônio Líquido	(437)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposto em contrário. As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil.

3. Resumo das principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

(b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Notas Explicativas

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

(d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

(e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

(f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

(g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

(h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

(i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

(j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

(k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

(l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

(m) Provisões e Passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Passivos contingentes

As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

(n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

(o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

(p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

(q) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas nas sobras do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

(r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente que mereça divulgação para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

4. Disponibilidade

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa (a)	5.197	3.952
Banco do Brasil	80	-
Bancoob	47	25
Outros Bancos Privados	2	-
Numerário em Trânsito (b)	651	747
Total	5.978	4.724

(a) Numerário em tesouraria e terminais de autoatendimento das agências da Cooperativa.

(b) Numerário custodiado em empresas de guarda de valores.

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Título De Renda Fixa – Circulante	3.610	11.136
Título De Renda Fixa – Não circulante	1.593	2.840
Total	5.203	13.976

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso refere-se a operações que estão vinculadas ao Acordo de Compensação assinado entre a Cooperativa e o Bancoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural.

5.1 Resultado de Operações com Tít. E Valores Mobil. e Instr. Financeiros

É constituído pelas receitas aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rdc - pós-fixado	478	1.596
Total	478	1.596

6. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	438.554	349.681
Total	438.554	349.681

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

6.1 As receitas recebidas dessa transação resultaram em 31/12/2017 no montante de R\$39.173 (31/12/2016 – R\$ 35.983) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Ingressos de Depósitos Interooperativos".

7. Operações de crédito

As operações de crédito estão classificadas de acordo com o risco apresentado, amparadas por informações internas e externas em relação aos devedores e seus garantidores e em relação à operação, levando-se em conta, ainda, as situações de renda e patrimônio, bem como, outras informações cadastrais do devedor, conforme preconizado nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do Conselho Monetário Nacional.

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Operações de Crédito	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento a Depositantes	1.513	1.079
Cheque Especial	7.448	5.904
Conta Garantida	7.733	7.024
Empréstimo	454.410	424.949
Títulos Descontados	61.361	49.649
Financiamentos	58.979	53.840
Financiamentos Rurais	98.734	85.887
Total da Carteira de Crédito	690.178	628.332
(Provisão para operações de Crédito)	-61.838	-53.185
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	628.340	575.147

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositantes	1.513	0	0	1.513
Cheque Especial	7.448	0	0	7.448
Conta Garantida	7.733	0	0	7.733
Empréstimos	71.230	158.510	224.670	454.410
Títulos Descontados	54.799	6.562	0	61.361
Financiamentos	7.338	18.498	33.143	58.979
Financiamentos Rurais	15.102	72.742	10.890	98.734
TOTAL	165.163	256.312	268.703	690.178

c) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Carteira	Curso	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Adiantamento a Depositantes	Normal	0	4	96	186	45	11	10	1	52	405	371
	Anormal	0	0	8	70	97	123	41	42	727	1108	708
Cheque Especial	Normal	0	122	2.038	2.776	1.371	275	95	58	713	7448	5.904
	Anormal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conta Garantida	Normal	0	167	3.857	2.237	348	165	134	35	790	7733	7.024
	Anormal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimo	Normal	875	91.644	174.710	87.688	21.907	6.389	4.024	6.246	6.473	399956	370.419
	Anormal	0	78	2.380	6.315	5.497	2.705	6.892	18.911	11.676	54454	54.530
Títulos Descontados	Normal	2.409	38.259	7.497	8.645	3.291	4	29	92	16	60242	48.303
	Anormal	0	0	120	319	120	56	95	71	338	1119	1.346
Financiamentos	Normal	580	18.889	18.868	13.281	1.537	275	156	110	443	54139	48.675
	Anormal	0	156	668	1.325	945	515	351	40	840	4840	5.165
Financiamentos Rurais	Normal	0	16.337	57.389	18.243	3.051	432	1.241	28	114	96835	85.215
	Anormal	0	0	695	440	396	126	4	6	232	1899	672
Total Normal	Normal	3.864	165.422	264.455	133.056	31.550	7.551	5.689	6.570	8.601	626.758	565.911
Total Anormal	Anormal	0	234	3.871	8.469	7.055	3.525	7.383	19.070	13.813	63.420	62.421
Total		3.864	165.656	268.326	141.525	38.605	11.076	13.072	25.640	22.414	690.178	628.332

d) Composição da provisão por classificação de nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível de Risco	% Provisão	Valor Operações	Provisão Constituída	Valor Operações	Provisão Constituída
AA	-	3.865	0	3.912	0
A	0,5	165.657	827	252.710	1.264
B	1	268.322	2.683	212.348	2.123
C	3	141.526	4.246	63.271	1.898
D	10	38.606	3.861	30.912	3.091
E	30	11.076	3.323	7.072	2.122
F	50	13.072	6.536	25.799	12.900
G	70	25.641	17.949	8.402	5.881
H	100	22.413	22.413	23.906	23.906
Total		690.178	61.838	628.332	53.185

e) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	1.240	76.380	17.318	0	94.938	14%
Setor Privado - Indústria	253	7.985	6.670	0	14.908	2%
Setor Privado - Serviços	6.685	273.777	24.991	595	306.048	44%
Pessoa Física	8.449	138.526	11.650	92.697	251.322	36%
Outros	67	16.721	732	5.442	22.962	4%
TOTAL	16.694	513.389	61.361	98.734	690.178	100%

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	53.185	29.549
Constituições	35.785	41.439
Transferência para prejuízo	(27.132)	(17.803)
TOTAL	61.838	53.185

g) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	13.258	2%	13.025	2%
10 Maiores Devedores	101.172	15%	103.695	16%
50 Maiores Devedores	235.677	34%	230.985	37%

h) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	42.118	26.819
Valor das operações transferidas no período	27.132	17.803

Notas Explicativas

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R\$)

Valor das operações recuperadas no período	(6.964)	(2.430)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	233	1
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(279)	(75)
TOTAL	62.240	42.118

7.1 Operações de Crédito

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Bancoob e Sicoob Central ES.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de adiantamentos a depositantes	1.296	2.404
Rendas de empréstimos	95.020	97.397
Rendas de direitos creditórios descontados	15.452	13.814
Rendas de financiamentos	12.997	11.984
Rendas financiamentos rurais - aplicações livres	48	4
Rendas financ rurais - aplic repassadas e refinanc	7.230	7.360
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.959	2.428
Total	138.002	135.391

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, conforme demonstrado:

8.1 Descrição – Curto Prazo	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças Honradas	1.492	1.068
Créditos por avais e fianças honradas	1.492	1.068
Rendas a Receber	3.484	4.571
Rendas de convenio a receber	51	54
Rendas a receber - Cartões	582	492
Centralização financeira	2.455	3.894
Rendas a receber seguros	215	-
Rendas Convênio a receber - inss	4	5
Outras Rendas a Receber	177	126
Diversos	2.465	7.127
Antecipação Salariais	157	195
Adiantamento de Salário	1	5
Adiantamento de Férias	156	190
Adiantamentos Diversos	-	27
Adiantamento para despesas Diversas	-	27
Adiantamentos Por Conta de Imobilizações	1	38
Adiantamento por conta de Imobilizações	1	38
Devedores por Compra de Valores e Bens	773	5.275
Imóveis não de uso Próprio	773	5.275
Impostos e Contribuições a Compensar	713	882
Saldo Negativo IRPJ – Exercício anteriores	493	518
Saldo Negativo CSLL – Exercício anteriores	210	364
Cofins a Compensar	8	-
Pis a Compensar	2	-
Pagamentos a Ressarcir	154	21
Confederação Nacional das Cooperativas de Crédito	6	7
Outros	148	14
Títulos de Crédito a Receber	350	309
Tarifas a Receber	350	309
Devedores Diversos - País	317	380
Pro agro a Receber	4	3
Faltas de Caixa	6	12
Pendências a Regularizar	161	58
Plano de Saúde a Receber	14	13
Pendências a Regularizar Bancoob	132	294
Total	7.441	12.766
(-) Provisão para Outros Créditos	(1.051)	(2.185)
(-) Com característica de concessão de crédito	(11)	(1.361)
(-) Avais e Fianças Honradas	(1.040)	(824)
Total Outros créditos Líquido	6.390	10.581

8.2 Descrição – Longo Prazo	31/12/2017	31/12/2016
Devedores por Depósito e Garantia (a)	2.923	2.798
Pis – Depósito Judicial	527	506
Cofins – Depósito Judicial	2.373	2.292
Outros	23	-
Para interposição de recursos trabalhistas	9	25
Para interposição de recursos trabalhistas	9	25
Total	2.932	2.823

(a) Valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo, sendo seus vencimentos previstos para conclusão dos processos citados na Nota 16.5.

9. Outros valores e bens

Encontram-se registrados neste grupo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Bens não de Uso Próprio (a)	17.475	2.982
Imóveis	14.601	2.280
Veículos e Afins	289	54
Bens em Regime Especial	2.585	648
Almoxarifado	333	174
(-) Prov. para desvalorização de Outros Valores e Bens (b)	(736)	(648)
Despesa Antecipada (c)	68	37
Prêmio de seguros	15	16
Assinatura de Periódicos	1	1
Outros	52	20
Total	17.140	2.545

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como doação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção;

(b) Refere-se a provisão com base em laudo atualizado dos valores de mercados dos bens não de uso próprio;

(c) Os valores mais relevantes registrado em outros refere-se a Contribuição Cooperativista.

10. Investimentos

O saldo é representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Central	16.913	16.745
Participações em Cooperativa Central de Crédito	16.913	16.745
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	7.994	6.815
Participações em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito	7.994	6.815
Total	24.507	23.560

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2017	31/12/2016
Imobilizado em Curso		596	673
Saldo Imobilizado em Curso		596	673
Edificações	4%	796	796
(-) depreciação acumulada de imóveis de uso-edificações		(400)	(368)
Saldo Imobilizado de Uso		396	428
Instalações	10%	8.240	6.382
(-) depreciação acumulada de instalações		(4.032)	(3.304)
Saldo Instalações		4.208	3.078
Móveis e Equipamentos	10%	3.077	2.623
(-) depreciação acumulada de móveis e equipamentos de uso		(1.399)	(1.146)
Saldo Móveis e Equipamentos		1.678	1.477
Sistema de Processamento de Dados	10%	3.337	3.036
(-) sistema de processamento de dados		(2.435)	(2.215)
Saldo Sistema de Processamento de Dados		902	821
Sistemas de Comunicação	20%	313	306
(-) sistema de comunicação-equipamentos		(152)	(126)
Saldo Sistemas de Comunicação		161	180
Sistemas de Segurança	10%	957	909
(-) depreciação acumulada - sistema de segurança		(559)	(470)
Saldo Sistemas de Segurança		398	439
Sistemas de Transporte	20%	220	190
(-) depreciação acumulada - sistema de transporte		(139)	(114)
Saldo Sistemas de Transporte		81	76
Subtotal		17.536	14.915
Depreciação acumulada		(9.116)	(7.743)
Total Líquido Imobilizado.		8.420	7.172

(*) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

12. Intangível

Descrição	Custo	Amortização acumulada	Taxa de Amortização	31/12/2017	31/12/2016
Direito de Uso	998	(837)	10%	998	953
Total				998	952
Amortização acumulada				(837)	(739)
Total				161	213

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	162.709	141.435
Depósito Sob Aviso	9.591	9.463
Depósito a Prazo	562.178	505.556
Total	734.478	656.454

Os depósitos, até o limite de R\$ 250, por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN n°4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	21.373	3%	24.542	4%
10 Maiores Depositantes	83.583	11%	76.084	12%
50 Maiores Depositantes	166.263	26%	160.694	25%

13.1 Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias

As letras de câmbio e as letras imobiliárias e hipotecárias são títulos de captação criados com finalidades específicas, mas que, atualmente não são expressivos em relação ao volume global das captações das instituições financeiras.

A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrig. por Emissão Letras Crédito Agronegócio	8.097	0
Total	8.097	0

13.2 Operações de Captação no Mercado

A despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de depósitos de aviso prévio	911	1.204
Despesa de Depósitos a Prazo	51.068	57.536
Despesa de Depósitos Judiciais	1	1
Despesas de letras de Crédito Agronegócio	49	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	1.046	854
Total	53.075	59.595

14. Relações Interfinanceiras e Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

14.1 Relações Interfinanceiras:

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Relações Interfinanceiras:

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2017		31/12/2016
			Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
BANCOOB	Diversas	Diversos	64.329	10.722	70.829
Sicoob Central ES	Diversas	Diversos	17.129	2.479	12.551
Total			81.458	13.201	83.380

14.2 Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Notas Explicativas

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2017		31/12/2016
			Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
Sicoob Central ES	Diversas	Diversos	8.343	-	7.090
Total			8.343	-	7.090

14.3 Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses

Estas despesas são especialmente representadas por juros e atualização monetária sobre repasses de recursos, obtidos junto ao Bancoob e Sicoob Central.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com Empréstimo Rotativo Central	745	1.041
Despesas de repasse - Central	1.237	1.687
Despesas de repasse - Bancoob	5.587	5.446
Total	7.569	8.174

15. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse conforme convênios firmados.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ordens de Pagamento	7.823	5.402
Total	7.823	5.402

16. Outras Obrigações

16.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Operações de Crédito - IOF	274	81
Operações com títulos e valores mobiliários - IOF	4	5
Convênios Municipais	-	1
Total	278	87

16.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	5.173	5.305
Provisão para Participações nos Lucros – empregados (b)	1.161	1.337
Gratificações a Dirigentes (c)	115	89
Cotas de Capital a Pagar (d)	2.895	2.557
Total	9.344	9.288

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e acordo coletivo, a Cooperativa provisionou o montante de R\$ 2.076 a título de participação dos empregados nos resultados, com o pagamento efetivado em 31/12/17.

(c) Refere-se a provisão para pagamento de bônus para Diretoria Executiva.

(d) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

16.3 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Imposto e contribuições s/ serviços de terceiros	137	99
Imposto e contribuições s/ salários	850	793
Outros	609	804
Total	1.596	1.696

16.4 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por aquisição de bens e direitos	22	2
Obrigações Por Prestação De Serviços De Pagamento (b)	2624	2192
Despesas de Pessoal	1880	1720
Água/energia/gás	-	1
Aluguéis	105	86
Comunicações	42	131
Manutenção e conservação de bens	7	9
Transporte	111	10
Plano de saúde	134	13
Compensação	210	302
Seguros a recolher	6	4
Seguro prestamista	391	351
Provisão de despesas com cartões	179	158
Outras despesas administrativa	81	48
Provisão para Garantias Prestadas	1543	612
Pendências a regularizar	233	49
Diferença de caixa	36	44
Pagamentos a processar	317	457
Pendências a regularizar banco	90	96
Cooperativa central	309	-
Valores a pagar arrecadação	13	10
Taxas alienação de veículos a	51	46
Taxas de gravames a repassar	10	9
Cheques Descontados (a)	393	352
Credores diversos – Liquidação de cobrança	47	158
Crédito de Terceiros	9	-
Outros	246	40
Total	9.089	6.900

a. Refere-se a cheques depositados relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2017;

b. Refere-se aos convênios de folhas de pagamento com empresas associadas;

16.5 Contingências Passivas

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões, que estão registradas na rubrica provisões para contingências.

Descrição	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisões para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisões para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS (a)	527	527	506	506
COFINS (a)	2.373	2.373	2.292	2.292
Passivos Trabalhistas (b)	15	9	35	25
Outras contingências	-	23	3	-
Cíveis (c)	3	-	-	-
Total	2.918	29.32	2.836	2.823

(a) PIS e COFINS - quando do advento da lei no. 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Conseqüentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a dezembro de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em garantia;

(b) Provisão de ações por reclamações trabalhistas;

(c) Refere-se a processo de dano moral e material que foram reclassificados da conta de "outras contingências".

Os processos judiciais em que a Cooperativa figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas possíveis processos, totalizando R\$ 24.

17. Instrumentos financeiros

O SICOOB SUL SERRANO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

18. Patrimônio líquido

(a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	164.204	144.434
Associados	45.052	39.429

(b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

(c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26/04/2017, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, parte para o Fundo de Reserva, no valor de R\$ 1.751 e o restante para o aumento do capital social, no valor de R\$ 8.057.

(D) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Sobra líquida do exercício	35.560	19.438
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(177)	(1.533)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	35.383	17.905
Destinações estatutárias	(15.922)	(8.057)
Reserva legal - 40%	(14.153)	(7.162)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(1.769)	(895)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	19.461	9.848

19. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Receita de prestação de serviços	9.373	5.155
Despesas específicas de atos não cooperativos	(1.699)	(611)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(2.332)	(1.130)
Resultado operacional	5.342	3.414
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(191)	(561)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	5.151	2.853
Receitas tributáveis, mas que não compõem o Ato Não cooperativo	(4.974)	(1.320)
Resultado destinado para o Fates Ato Não Cooperativo	177	1.533

20. Juros sobre o Capital Próprio

A Cooperativa efetuou pagamento de juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. O referido pagamento foi demonstrado na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Juros ao Capital	14.836	17.757
IRRF sobre juros ao capital	(283)	(473)
Juros ao Capital – Associados Desligados	(355)	(291)
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.829)	(3.390)
Valor incorporado a conta capital	11.369	13.603

21. Dispêndios/Despesas com Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de honorários	1.476	1.433
Despesas de pessoal - benefícios	4.708	4.116
Despesas de pessoal - encargos sociais	4.982	4.547
Despesas de pessoal - proventos	13.500	12.542
Despesas de remuneração de estagiários	130	85
Despesas de pessoal - outros	0	10
Total	24.796	22.733

22. Outros Dispêndios/Despesas Administrativas

Outras Despesas Administrativas são constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de água energia e gás	550	543
Despesas de alugueis	2369	1993
Despesas de comunicações	971	865
Despesas de manutenção e conservação de bens	307	294
Despesas de material	354	380
Despesas de processamento de dados	4330	2320
Despesas de promoções e relações públicas	341	261
Despesas de propaganda e publicidade	507	645
Despesas de publicações	16	12
Despesas de seguros	39	25
Despesas de serviços do sistema financeiro	6277	6403
Despesas de serviços de terceiros	1629	1390
Despesas de serviços de vigilância e segurança	1984	1642
Despesas de serviços técnicos especializados	672	310
Despesas de transporte	1176	997
Despesas de viagem no país	69	61
Outras despesas administrativas	4850	1308
Despesas de amortização	98	88
Despesas de depreciação	1499	1418
Total	28.038	20.955

23. Outros ingressos/rendas operacionais

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, reversão de garantias prestadas, reversão provisão para contingência, receitas com cartão de crédito e delcrede.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Reversão provisão para contingencias	35	0
Rendas juros cartão de crédito	3.468	2.498
Rendas multas por atraso - cartão de crédito	622	831
Dividendos	928	681
Crédito receita sipag - faturamento	119	64

Notas Explicativas

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R\$)

Crédito receita sipag - antecipação	457	172
Rendas intercâmbio - cartão de crédito	1.069	687
Rendas intercâmbio - cartão de débito	31	151
Receita volume financeiro - rede	2	15
Distribuição de sobras da central	0	1.283
Rendas de repasses delcredere	837	1.448
Outras rendas operacionais	308	229
Total	7.876	8.059

24. Outros dispêndios/despesas operacionais

São despesas de provisões para contingências, provisão de garantias prestadas, descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes e contribuição ao fundo de tecnologia da confederação.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	15	0
Provisão para garantias presta	931	0
Operações de crédito	841	10
Perdas - fraudes externas	1	93
Perdas - práticas inadequadas	68	39
Perdas - falhas de gerenciamento	181	4
Descontos concedidos - operações	6.474	1.189
Bonificação de seguro prestamista	22	26
Correspondente bancário	149	127
Passivos trabalhistas	0	35
Cancelamento - tarifas pendentes	695	656
Descontos concedidos - oper cred - crédito pessoal	13	23
Tarifa recebimento convênio - cra's cartórios	15	0
Contrib. ao fundo ressarc. Fraudes	36	16
Contrib. ao fundo ressarc. perdas operacionais	21	9
Contrib. ao fundo tecnologia da informação	849	838
Outras contrib. diversas	13	21
Outros	35	25
Total	10.359	3.111

(a) Este valor refere-se a R\$3 mil bonificação de seguro prestamista, R\$11 mil tarifas convenio inss, convenio cra's cartório, consulta/saque e mensagem sms e R\$10 mil outros.

25. Resultado não operacional

O Resultado Não Operacional consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Lucro em Transações com Valores de Bens	13	3
Ganhos de capital	170	70
Outras rendas não operacionais	82	56
(-)Prejuízos em Transações com Valores de Bens	(324)	(19)
(-)Despesas de Provisões não Operacionais	(88)	(648)
Perdas de capital	(42)	(17)
Outras despesas não operacionais	(2)	(6)
Total	(191)	(561)

26. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Operações ativas das partes relacionadas – saldo em 31/12/2017:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	5	-	0,26%
Conta Garantida	24	-	0,30%
Crédito Rural	459	(5)	0,58%
Empréstimo	849	(33)	0,43%
Financiamento	298	(6)	1,00%
Títulos Descontados	157	(1)	0,28%

Percentual em relação a carteira ativa referente a movimentação total

Descrição	31/12/2017
Empréstimos e Financiamentos	0,17%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,08%
Crédito Rural	0,05%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito com garantias prestadas	31/12/2017
Crédito Rural	1.653
Empréstimos e Financiamentos	5.421
Títulos Descontados	242

Operações passivas das partes relacionadas – saldo em 31/12/2017:

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa - %
Depósitos a Vista	843	0,52%	-
Depósitos a Prazo	5.067	0,87%	90% a 102% CDI

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial	6,97% a.m	6,97% a.m
Conta garantida	5,97% a.m	5,97 a.m.
Desconto de Cheques	1,70% a.m. à 4,00% a.m	1,70% a.m. à 4,00% a.m
Empréstimos	1,20% a 4,85% a.m. 0,30% + CDI a 3,00% + CDI	1,20% a 4,85% a.m. 0,30% + CDI a 3,00% + CDI
Crédito Rural - RPL	1,25% a 2,80% a.m	1,25% a 2,80 a.m.
Crédito Rural - Repasses	2,50% a 9,50 a.a. + TR	2,50% a 9,50 a.a. + TR
Aplicações financeiras – RDC Longo CDI	90% a 102% CDI	90% a 102% CDI

Em 31/12/2017, os benefícios monetários e não monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, custeio parcial de plano de saúde, seguro de vida e previdência privada, apresentando-se da seguinte forma:

Benefício monetários	31/12/2017
Honorários e Cédula de Presença	1.302
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	50

A Cooperativa apresenta os valores de transação com as partes relacionadas que teve com o Sicoob Central ES que é uma Cooperativa Central de Crédito, o qual, a Cooperativa tem participação e está presente e no conselho de administração e com o Bancoob.

	Transações com Sicoob Central ES e Bancoob
	31/12/2017
	31/12/2016
Ativo	443.757
	363.657

Títulos e Valores mobiliários	5.203	13.976
Relações Interfinanceiras	438.554	349.681
Passivo	103.002	90.470
Relações Interfinanceiras	94.659	83.380
Obrigações por Empréstimos e Repasses	8.343	7.090
Receitas	39.651	37.579
Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil. E Instr. Financeiros	478	1.596
Ingressos de Depósitos Interooperativos	39.173	35.983
Despesas	10.451	8.718
Operações de Empréstimos e Repasses	7.569	8.174
Despesas Administrativas (Rateio Despesas da Central)	2.882	544

27. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL-SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL-SERRANO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB SUL-SERRANO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

28. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº. 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

28.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

28.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL-SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL-SERRANO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, a COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL-SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL-SERRANO aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL-SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL-SERRANO possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

28.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito da COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL-SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL-SERRANO objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL-SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL-SERRANO aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL-SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL-SERRANO possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

28.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL-SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL-SERRANO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL-SERRANA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL-SERRANO aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

29. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 64.257 (31/12/2016 – R\$ 49.800), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

30. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face a ocorrência de sinistros. As premias de riscos são cobradas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

em 31/12/2017 e de 2016 (em milhares de R\$)

31. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 1º/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio de Referência	261.337	217.253
Margem de Compatibilização	164.244	131.248
Índice da Basileia	34,99%	32,84%
Margem de Imobilização	122.126	101.255

Venda Nova do Imigrante-ES, 31 de dezembro de 2017.

Tania Aparecida Uliana Torres
Diretora Executivo
CPF: 752.444.207-63

Eliane Gomes Zandonadi
Diretora Operacional
CPF: 753.269.907-25

Fábia Lorena Rosi Mantovanelli
Contadora CRC nº 013868/O-8-ES
CPF: 007.835.517-62

Relatório de Auditoria

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Serrana do Espírito Santo – Sicoob Sul Serrano

Venda Nova do Imigrante/ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Serrana do Espírito Santo – Sicoob Sul Serrano, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Sul Serrano em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do Sicoob Sul Serrano para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 5 de abril de 2017 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Relatório de Auditoria

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 16 de março de 2018.



Felipe Rodrigues Beiral
Contador CRC MG - 90.766/O-4
CNAI 2.994

Parecer do Conselho Fiscal

O conselho fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Serrana do Espírito Santo – Sicoob Sul-Serrano, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer da auditoria externa CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, datado de 16 de Março de 2018, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Venda Nova do Imigrante/ES, 20 de Março de 2018.

Antelmo Cardoso
Coordenador do Conselho Fiscal

Claudineia Aparecida Silva Santos
Secretário do Conselho Fiscal

Alberto Falquetto
Conselheiro Fiscal - Efetivo

Fazer parte é:
unir-se a pessoas com sonhos como o seu.

SICOOB
Faça parte.

Ouidoria: 0800 725 0996 | Atendimento de segunda a sexta - das 8h às 20h | www.ouidoriasicoob.com.br | Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458 | Demais serviços de atendimento: www.sicoob.com.br/fale-conosco